

**Aspectos demográficos de Minas Gerais em 1838 à luz dos registros paroquiais -  
uma análise inicial<sup>1</sup>**

Mário Marcos Sampaio Rodarte<sup>2</sup>

Clotilde Andrade Paiva<sup>3</sup>

Isabella Aparecida de Azevêdo Oliveira<sup>4</sup>

Marina Azevedo de Sousa Vecchia<sup>5</sup>

**Palavras-chaves:** Demografia histórica; Minas Gerais; Século XIX; Registros Paroquiais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia da UFMG e pesquisador do CEDEPLAR.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Demografia da UFMG e pesquisadora do CEDEPLAR.

<sup>4</sup> Mestranda em Demografia e Assistente de Pesquisa do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – CEDEPLAR/UFMG.

<sup>5</sup> Estudante de graduação do curso de Relações Econômicas Internacionais e Assistente de Pesquisa do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – CEDEPLAR/UFMG.

## Aspectos demográficos de Minas Gerais em 1838 à luz dos registros paroquiais - uma análise inicial

### Tópico: Fontes e métodos em demografia histórica

**Resumo:** Minas Gerais tem sido tema de diversos trabalhos que abordam aspectos demográficos de sua população no decorrer dos anos<sup>6</sup>. Atualmente, os dois maiores acervos de dados populacionais já tratados e estudados sobre Minas Gerais no século XIX são formados pelas listas nominativas da década de 1830 e o Censo de 1872<sup>7</sup>. Essas duas fontes, ainda trabalhadas por diversos pesquisadores, são base para importantes estudos, sejam eles regionais ou sobre a província inteira. Atualmente o Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd - Cedeplar/UFMG trabalha em um novo diálogo entre essas e novas fontes, como os registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos. O presente trabalho, em andamento, busca mostrar uma análise exploratória sobre aspectos da população mineira utilizando os mapas de óbito de 1838, mostrando as possibilidades e desafios que estas fontes podem estabelecer.

**Palavras-chaves:** Demografia histórica; Minas Gerais; Século XIX; Registros Paroquiais.

---

<sup>6</sup> Ver em LUNA, F.V. *Minas Gerais: Escravos e Senhores. Análise da Estrutura Populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. Tese de Doutorado, FEA-USP, 1980; CANO, W. & LUNA, F. V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese. In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, (10): 1-14, outubro de 1983; PAIVA, C. ; LIBBY, D. ; GRIMALDI, M. *Crescimento da população escrava: uma questão em aberto*. IV Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 1988; KLEIN, Herbert S. e PAIVA, Clotilde A. *Escravidão e história econômica – demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru, SPG. EDUSC, 2004; RODARTE, M. M. S. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

<sup>7</sup> PAIVA, C. A. e RODARTE, M. M. S. Dinâmica demográfica e econômica (1830) 1870. IN: RESENDE, M. E. L. E VILLALTA, L. C. (Org.) *A Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Companhia do Tempo, 2013. Pg. 277

## 1. INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de transformações econômicas e sociais em Minas Gerais<sup>8</sup> e esse ambiente proporcionou um deslocamento e expansão da população, assim, os centros urbanos mais populosos se concentravam nas regiões de exploração do ouro e depois, há uma alteração da, até então, forte concentração urbana. Na década de 1830, Minas Gerais tinha uma população em torno de 848.197 habitantes, sendo 67,4% livres e 32,6% escravos e, no Censo de 1872, a população alcança a marca de 2.083.545<sup>9</sup> habitantes, sendo 81,9% livres e 18,1%, escravos<sup>10</sup>. A população escrava apresenta uma taxa de crescimento média anual de 0,8%, a população livre 2,8%<sup>11</sup> e a população total de 2,2%<sup>12</sup>. Assim, Minas Gerais, que já era a província mais populosa no início do século XIX, segue crescendo num ritmo maior que o Império (1,7% a. a.)<sup>13</sup>, e a população livre com uma intensidade muito maior que a população escrava.

O presente trabalho se insere dentro de linha de pesquisa do NPHEd que busca conhecer os elementos desta dinâmica e procura explorar as possibilidades de uma nova fonte de dados demográficos coletados no âmbito da pesquisa *Antigos regimes demográficos e os registros paroquiais: Minas Gerais, primeira metade do século XIX* realizada pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) do Cedeplar/UFMG<sup>14</sup>. Trata-se de um conjunto expressivo de mapas de óbitos, nascimentos/batismos e casamentos que cobrem todos os anos no período 1836 a 1850. Escolhemos os mapas de óbitos de 1838 para esta exploração inicial por razões que justificaremos ao longo do texto.

---

<sup>8</sup> A decadência da mineração em meados do século XVIII deu espaço para que as atividades auxiliares na fase do boom da extração de metais se transformassem em atividades centrais (principalmente a agricultura e pecuária). Assim, a economia mineira caminhou para uma agricultura mercantil e voltada para o consumo interno. Essa visão sobre a economia mineira pode ser constatada em obras a partir de 1980 como a de BOSCHI, C. C. *Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho na Minas Colonial*. Belo Horizonte: Análise & Conjuntura, v. 4 n° 2 e 3, mai/dez. 1989; LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988. LUNA, F.V. *OPg.cit.*, 1980. MARTINS, R. B. *A economia escravista em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982. PAIVA, C.; LIBBY, D.; GRIMALDI, M. *Op cit.*, 1988. SLENES, R. W. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX*. Estudos Econômicos, São Paulo, v.18, n° 3, PG. 449-495, Set./Dez 1988.

<sup>9</sup> PAIVA, C. A. e RODARTE, M. M. S. *OPg. cit.*, 2013. Pg. 282.

<sup>10</sup> RODARTE, M. M. S. *Op cit.*, 2012 Pg. 90

<sup>11</sup> *Idem*, Pg. 91

<sup>12</sup> *Idem*, Pg. 89

<sup>13</sup> *Idem*, Pg. 89

<sup>14</sup> <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>

Os mapas utilizados nessa análise exploratória são provenientes da lei provincial nº46 de 1836 e, diferentemente das listas nominativas, apresentam os dados agregados nas categorias livres e escravos por sexo, faixas etárias decenais, estado civil, causa morte e cor (qualidade). O uso de dados já tabulados coloca novos desafios metodológicos para o pesquisador e constitui uma fonte importante de informação histórica. Acreditamos que estas novas fontes poderão enriquecer nosso conhecimento sobre a dinâmica demográfica de Minas Gerais. Na Tabela 1 apresentamos o conjunto dos mapas já localizados e compilados.

**.Tabela 1 – Mapas compilados pelo NPHEd  
(Fundos PP1-10 e MP)**

<b>Ano</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Casamento</b>	<b>Óbito</b>	<b>Total</b>
<b>1836</b>	24	21	21	66
<b>1837</b>	32	25	24	81
<b>1838</b>	89	95	130	314
<b>1841</b>	7	7	10	24
<b>1842</b>	4	4	4	12
<b>1844</b>	1	1	1	3
<b>1845</b>	107	101	117	325
<b>1846</b>	16	14	15	45
<b>1847</b>	25	23	22	70
<b>1849</b>	3	4	5	12
<b>1850</b>	6	6	6	18
<b>Total</b>	<b>314</b>	<b>301</b>	<b>355</b>	<b>970</b>

**Fonte:** Base de dados de produção do NPHEd consultada em 12/09/2015

Chama atenção a diferença de cobertura entre os anos e a necessidade de novos investimentos para melhorar este cenário. Para uma exploração inicial escolhemos os mapas de óbitos de 1838. A escolha por 1838 não é aleatória, este ano é um dos anos com maior gama de mapas para análise até então coletados nos dois semestres e com melhor possibilidade de estimarmos sua população. Atualmente o número de mapas compilados é 970, sendo 1838 o segundo ano com maior quantidade de mapas. A coleta foi realizada no Arquivo Público Mineiro localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, e contou com o trabalho de diversos bolsistas desde a implantação da pesquisa.

A análise inicial a partir dos óbitos, permite verificar a mortalidade de 77 paróquias, sendo 57 com dados completos (1º e 2º semestre) e 20 incompletos (somente um dos semestres), diante da base atual coletada pelo NPHEd, 1838 é um dos anos com melhor possibilidade de análise inicial, para verificarmos cobertura e qualidade dos

dados. O ano de 1845 é o ano com maior número de mapas coletados, mas, como já mencionamos acima, a escolha por 1838 também se justifica pelo fato de termos dados populacionais mais próximos desta data, que são as listas nominativas de 1831/32.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Os mapas de óbito de 1838 possuem a contagem das mortes em cada paróquia, porém não apresenta a população total, logo, foi necessária a junção de outras fontes históricas para complementar a análise a ser feita. O diálogo entre essas fontes torna possível a análise de 1838 e permite fazer inferências sobre a consistência dos dados, mostrando o quão viável é analisar a dinâmica populacional, no caso da mortalidade, através dos registros paroquiais.

### Listas nominativas da década de 1830

A contagem populacional é um procedimento iniciado com a construção dos Estados Modernos na Europa, a partir do século XVI, na maioria das vezes com objetivos fiscais ou militares<sup>15</sup>. No Brasil, os primeiros esforços em conhecer detalhadamente a estrutura populacional vieram por motivos de controle social, mas, entre 1735 e 1750, o recenseamento de escravos e forros para cálculo do imposto de capitação constituem os primeiros dados demográficos levantados<sup>16</sup>. As listas nominativas de 1831/32 podem ser consideradas como um dos levantamentos mais amplos realizados na Província de Minas Gerais durante o século XIX, no período considerado pré-censitário, pois abrangia cerca de 60% dos distritos de paz e da população<sup>17</sup>. Além de sua amplitude, a riqueza das informações que estão nas listas contribui para a reconstituição de aspectos essenciais da população naquele período. As informações vão desde o nome, condição, cor/origem, idade, estado conjugal, ocupação, nacionalidade<sup>18</sup>. Essa fonte, já coletada, tratada e disponível para consulta online<sup>19</sup>, é o ponto de partida para o cálculo da população, uma vez que é a fonte mais viável e

---

<sup>15</sup> ROWLAND, R. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora., 1997. Pg.15

<sup>16</sup> RODARTE, M. M. S. *OPg. cit.*, 2012. Pg. 85

<sup>17</sup> GODOY, M. M.; PAIVA, C. A. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. 2010, vol.27, n.1. Pg.1.

<sup>18</sup> *Idem*, Pg. 1.

<sup>19</sup> <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>

completa disponível atualmente antes de 1838, uma vez que as listas possuíam o propósito de analisar a população por uma abordagem quantitativa e qualitativa, de forma similar aos censos modernos<sup>20</sup>.

### **Registros paroquiais e os mapas de nascimentos, casamentos e óbitos**

A principal fonte para esse trabalho origina-se dos registros paroquiais do período estudado. Os registros paroquiais eram feitos pelos membros da igreja, já que na época vigorava o sistema de padroado<sup>21</sup>. Os registros paroquiais seguiam as determinações do Concílio de Trento (1545-1563) e sua normatização é feita nas *Constituições de Coimbra* (1591), e estende-se ao Brasil nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). As formas e regras de registros permaneciam semelhantes às sugeridas no Concílio de Trento<sup>22</sup>, as diretrizes a serem seguidas ao registrar os eventos buscavam acompanhar e registrar a vida de seus fiéis por diversos motivos, como evitar bigamia, mas principalmente para contar os adeptos a religião e evitar a propagação de religiões protestantes surgidas da contrarreforma<sup>23</sup>.

Apesar dos registros paroquiais terem limitações, como altos índices de sub-registro, essa fonte apresenta vantagens. Os registros eram feitos por todo o território nacional, bem como é a fonte mais uniforme do período, ademais esses documentos encontram-se melhores conservados em relação a outros existentes da mesma época, o que faz com que se tenha grande quantidade desses registros<sup>24</sup>. No Brasil existem registros paroquiais desde o início da colonização, porém os dados são encontrados mais completos e abundantes a partir do século XVII<sup>25</sup>. Entretanto, o interesse em contar e registrar a população passou a ganhar mais relevância após a independência em 1823, no intuito de se obter informações claras e precisas sobre a população da província para auxiliar na tomada de decisão dos governantes<sup>26</sup>. Estima-se que Minas Gerais é a

---

<sup>20</sup> CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “SEM DADOS NÃO HÁ DEMOGRAFIA”: uma proposta para criação de um banco de dados demográficos e sua empliação em uma paróquia mineira: 1760-1804. Belo Horizonte, 2011. Pg. 59.

<sup>21</sup> *Idem*. Pg. 45.

<sup>22</sup> GONÇALVES, N. C. *Os registros paroquiais de óbitos e as possibilidades de pesquisa: Mangaratiba (século XIX)*. In: I Seminário Fluminense de Pós-Graduandos de História, 2012, Rio de Janeiro. Página 1 e MARCÍLIO, M. L.. *Os registros paroquiais e a História do Brasil*. Varia-Historia, Belo Horizonte, v. 31, Pg. 13-20, 2004. Páginas 15 a 17

<sup>23</sup> MARCÍLIO, *Op cit.*, 2004. Pg 14.

<sup>24</sup> LIBBY, D.C. et al. *Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX, XX*. Revista Brasileira de Estatística populacional. Rio de Janeiro, 2012. V29, n. 1. Pg. 200.

<sup>25</sup> *Idem*, Pg. 200.

<sup>26</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e Nação no Brasil do Século XIX*. 1998. Cap 1, pg. 10

província com a maior quantidade de registros paroquiais do período<sup>27</sup>, isso se deve em grande parte à lei provincial nº46 do ano de 1836, a lei nº46 surge durante o período regencial, num momento de descentralização administrativa do Império, onde os governos provinciais ficaram responsáveis por coletar os dados populacionais<sup>28</sup>.

Os mapas recolhidos na pesquisa em questão constituem a fonte dessa análise exploratória e contabilizavam nascimentos, casamentos e óbitos e são provenientes da lei nº46. Esses registros continham os fatos essenciais da vida dos indivíduos daquela paróquia, divididos por sexo, estado civil (solteiro e casado), cor ou qualidade (branco, pardo e negro), condição (livre e escravo), causa morte e faixas etárias decenais.

Segundo Joaquim Norberto de Souza Silva (1870) a lei nº46 determina o método pelo qual os párocos faziam a coletas das informações populacionais e confeccionariam os mapas, que posteriormente seriam enviadas ao Presidente da Província. Cabia aos párocos registrar semestralmente os nascimentos, casamentos e óbitos e aos fiscais e juízes de paz “a execução dos preceitos dessa lei”. O papel do clero nessa atividade foi importante, agindo como servidores públicos, sendo responsáveis pela execução, arquivo e manutenção dos registros, contribuindo também para o fortalecimento do relacionamento entre Igreja e Estado<sup>29</sup>. A amplitude dos dados abrange a maioria da população, dada a influência do catolicismo, o que torna a fonte interessante e importante. Contudo, Joaquim Norberto Souza e Silva (1870) destaca que haviam muitas reclamações sobre mapas não enviados ao Presidente da Província.

### **O relatório de Presidente de Província**

Pela lei da época, os Presidentes de Província deveriam discursar anualmente na Assembleia Legislativa Provincial sobre os “negócios públicos”<sup>30</sup>. Os mapas semestrais de nascimentos, casamentos e óbitos que eram enviados a Vila Rica, conforme a lei Nº 46, transformavam-se num mapa geral de toda a província de Minas Gerais, chamado de *Estatística Anual*<sup>31</sup>. Esse mapa era apresentado à Assembleia no discurso anual do

---

<sup>27</sup> LIBBY, D.C. et al. *OPg. cit.*, 2012. Pg. 201.

<sup>28</sup> SILVA, H. C. C.; MARTINS, M. C. S. *Contribuição à pesquisa em demografia histórica de Minas Geais*. ABEP, 1988. Pg. 709.

<sup>29</sup> BOSCHI, C. C.; BOTELHO, T. R. *Digitalização e disponibilização de acervos paroquiais da rota da Estrada Real*; Relatório Final. 2007. (Relatório de pesquisa).

<sup>30</sup> Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais de 1846. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/450/> Pg. 3. Acesso em 22 de abril de 2016.

<sup>31</sup> Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais de 1846. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/450/> Pg. 105. Acesso em 22 de abril de 2016.

Presidente da Província. Nesta “Falla” do Presidente para os deputados eram relatadas as situações dos mais diversos aspectos da administração pública, como educação, dívida pública, construção de estradas, saúde e também questões demográficas. A importância da fala aos deputados devia ao fato de que parte das decisões orçamentárias, e legislativas seriam tomadas com base nesses discursos<sup>32</sup>. Nesses discursos é possível verificar reclamações da administração sobre o não envio de mapas por parte dos clérigos<sup>33</sup>.

### 3. ANÁLISE DA COBERTURA DOS MAPAS DE 1838

A coleta dos dados foi realizada no Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte – Minas Gerais e os mapas abrangem os municípios Baependi, Barbacena, Caeté, Campanha, Jacuí, Mariana, Minas Novas, Ouro Preto, Paracatu, Pitangui, Queluz, Sabará, São João Del Rei, São José Del Rei, Tamanduá e Vila do Príncipe. Dos 16 municípios listados, 6 correspondem a 60% dos mapas, são os municípios de Sabará, Mariana, São José Del Rei, Campanha, Paracatu e Ouro Preto.

Os mapas foram transcritos em planilhas eletrônicas para possibilitar a montagem da base de dados. Para avaliar a cobertura populacional destes mapas foi necessário lançar mão de outras fontes históricas.

As listas nominativas de 1830 permitiram estimar a população total da província e são o ponto de partida para se alcançar a população de 1838, a população total neste período é de 848.197, sendo 67% livres e 33% escravos.

**Tabela 2 – População distribuída condição - 1831/32**

Fonte	Livres	Escravos	Total
Listas nominativas de população	572.099	276.098	848.197
<b>Total</b>	<b>572.099</b>	<b>276.098</b>	<b>848.197</b>

**Fonte:** Listas Nominativas de População<sup>34</sup>

<sup>32</sup> ALDABALDE, T. V. *Apresentação dos arquivos nos relatórios dos Presidentes de Província no Brasil (1835 – 1889)*. São Paulo, 2010. Pg. 15-17.

<sup>33</sup> Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais de 1846. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/450/> Pg. 105. Acesso em 22 de abril de 2016.

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>

A contagem populacional mais próxima no tempo após 1831/32 para verificarmos a população de 1838 é a soma de fontes que possibilitam a estimativa da população de 1862. Conforme metodologia elaborada por Rodarte (2008; 2012) a população em 1862 foi estimada a partir de três fontes: os inquéritos paroquiais de 1861, as listas de fogos de 1862/63 e o quadro de estimativa de população apresentado em Almanak (1864).

**Tabela 3 – Estimativa populacional por condição - 1862**

Fontes	Livres		Escravos		Total		Paróquias	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Listas de fogos de 1862-63	210.595	19,1%	66021	21,1%	276.616	19,5%	62	22,0%
Inquérito provincial de 1861	282.333	25,6%	93049	29,7%	375.382	26,5%	105	37,2%
Almanaque 1864	608.749	55,3%	154409	49,3%	763.158	53,9%	115	40,8%
Interpolação 1832-1872	451.991	41,0%	109804	35,0%	561.795	39,7%	78	27,7%
Pro rata	156.758	14,2%	44605	14,2%	201.363	14,2%	37	13,1%
<b>Total</b>	<b>1.101.677</b>	<b>100,0%</b>	<b>313.479</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.415.156</b>	<b>100,0%</b>	<b>282</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** APM: Inquérito provinciais de 1861; APM: Listas de fogos de 1862-63; Almanak (1864).

Usando a população total de 1832 e a população de estimada pelo conjunto de fontes em 1862, é possível inferir, através de interpolação, a população de 1838<sup>35</sup>. Os resultados alcançados são:

**Tabela 4 – População estimada por condição - 1838**

Provincia	1832			1862			Taxa de crescimento (em % a. a.) 1832-1862			1838 - Estimativa		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Minas Gerais	572.099	276.098	848.197	1.118.367	318.453	1.436.820	2,2595	0,4769	1,7724	654.175	284.092	938.267

**Fonte:** Elaboração própria

<sup>35</sup> Utilizando a fórmula de crescimento exponencial:  $r = \ln\left(\frac{P_n}{P_0}\right)/t$ , onde,

r – taxa de crescimento populacional

$P_n$  – população no período final, nesse caso, 1862

$P_0$  – população no período inicial, nesse caso, 1832

t – tempo entre os dados populacionais, nesse caso, 30 anos

A partir da taxa de crescimento para cada grupo (livres e escravos), utiliza-se uma segunda fórmula para alcançar o valor da população no período:

$P_i = P_0 * e^{r*t}$ , onde:

$P_i$  – população a ser calculada, nesse caso, a de 1838

$P_0$  = população inicial para a base do cálculo, no caso a de 1832

r – taxa de crescimento populacional anual

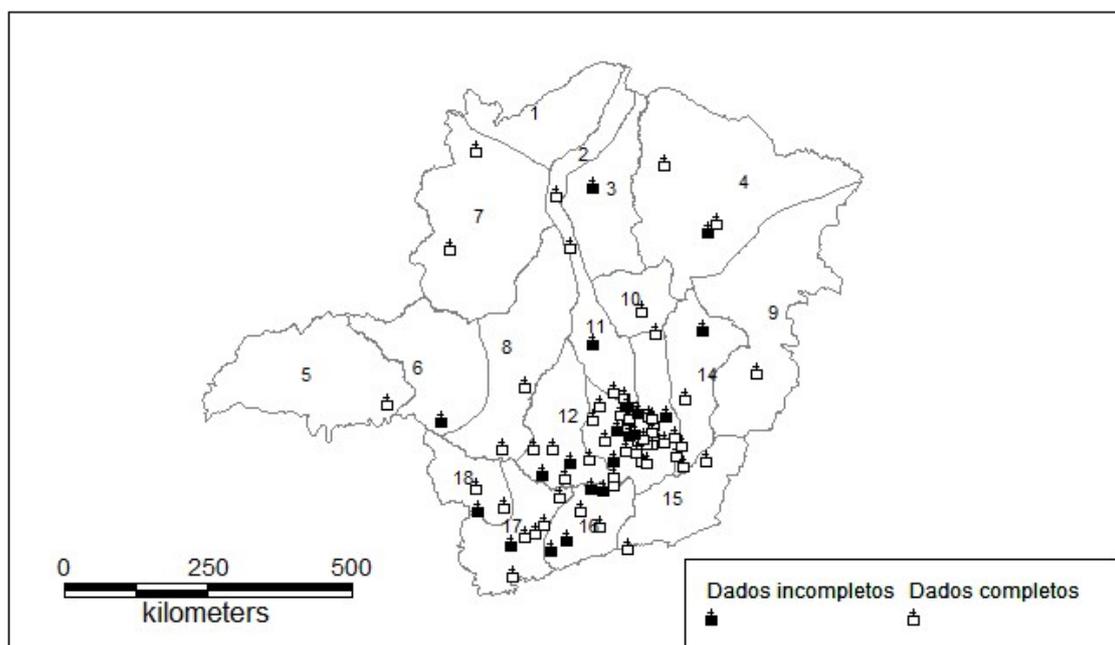
t – tempo entre os dados populacionais, nesse caso, a diferença entre as datas de 1832-1838

O total da população estimada para 1838 é maior que a população coberta pelas paróquias coletadas para o período. Importante ressaltar que a unidade de informação no caso dos mapas é a paróquia que pode incluir vários distritos de paz. Identificar dentro de cada paróquia os distritos que a compõem não é uma tarefa simples. Até o momento o único documento nos apontou esta correspondência foi o trabalho de Feu de Carvalho que traz a listagem dos distritos que compunham as freguesias em 1830. Para verificarmos o grau de cobertura dos mapas coletados, utilizamos a listagem de Feu de Carvalho (1922) sobre 1830 e relacionamos 16 municípios, 99 paróquias e 293 distritos (média de 2,95 distritos por paróquia)<sup>36</sup>. As listas nominativas, que abrangem o período de 1831/32, apresentam 16 municípios e 431 distritos, mas para essa listagem não temos a indicação de paróquias. A essas duas fontes acrescentamos uma terceira, a obra de Barbosa (1995), que descreve a história das cidades mineiras, onde foi possível reconstruir parte desse passado. Unindo todas essas fontes, estima-se que, os 431 distritos de 1831/32 eram atendidos por 134 paróquias (média de 3,2 distritos por paróquia). A partir dessa análise, e com os mapas de 1838 disponíveis, é possível sugerir que as 77 paróquias coletadas representem, aproximadamente, 58% do universo de paróquias estimadas para o período. A distribuição espacial destas paróquias consta no Mapa 1 e apresenta um resultado interessante.

---

<sup>36</sup> CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. Pg 105-113.

## Mapa 1 – Paróquias com informações coletadas – 1838



**Fonte:** Elaboração própria

A regionalização apresentada no mapa é creditada a proposta de regionalização feita por Godoy (1996)<sup>37</sup>, o seu trabalho consegue capturar a heterogeneidade que Minas Gerais apresentava no século XIX. Dois aspectos chamam atenção ao vermos a distribuição de paróquias de 1838, primeiro é o fato de termos paróquias em quase todas as regiões da província, mostrando uma abrangência interessante, lembrando que há regiões de vazio demográfico, como Sertão Alto São Francisco<sup>38</sup>, e há certa concentração, especialmente na região Mineradora Central Oeste (28 paróquias) seguido pelas regiões Intermediária Sul-Pitangui (8 paróquias) e Sul Central (7 paróquias). Essa concentração espacial está ligada a presença da atividade mineradora em período anterior. Mesmo após o fim do *boom* da mineração estas áreas continuaram densamente povoadas. É importante investigar se os mapas paroquiais estão de fato registrando os dados de todos os distritos integrantes. Observações colocadas a margem dos documentos pelo pároco responsável podem ajudar neste sentido. No momento

<sup>37</sup> Regiões: 1- Extremo Noroeste; 2 - Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3 – Sertão; 4 - Minas Novas; 5 - Minas Novas; 6 – Araxá; 7 – Paracatu; 8 - Sertão Alto Rio São Francisco; 9 - Sertão do Rio Doce; 10 – Diamantina; 11 - Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12 - Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13 - Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 14 - Mineradora Central Leste; 15 – Mata; 16 – Sudeste; 17 - Sul Central; 18 – Sudoeste.

<sup>38</sup> GODOY, M. M. *Intrépidos viajantes e a viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. Pg 26.

estimamos que as 57 paróquias com dados completos estimariam, aproximadamente, a mortalidade de 169 distritos de acordo com o trabalho realizado com dos distritos de 1831/1832. O que mostra que verificar somente a representação de paróquias no universo não é suficiente para verificar a cobertura, pois haviam paróquias que atendiam mais distritos que outras, logo, no universo de distritos de 1831/1832, essa amostra cobre 40% dos mesmos.

#### 4. RESULTADOS PRELIMINARES

Nesta seção, buscamos apresentar alguns resultados preliminares que foram alcançados a partir da base de dados construída com as informações das paróquias que apresentaram dados para os dois semestres. Não foi realizado nenhum tratamento nos dados, para ser uma análise dos dados da forma mais original possível, e assim avaliar a qualidade dos dados coletados.

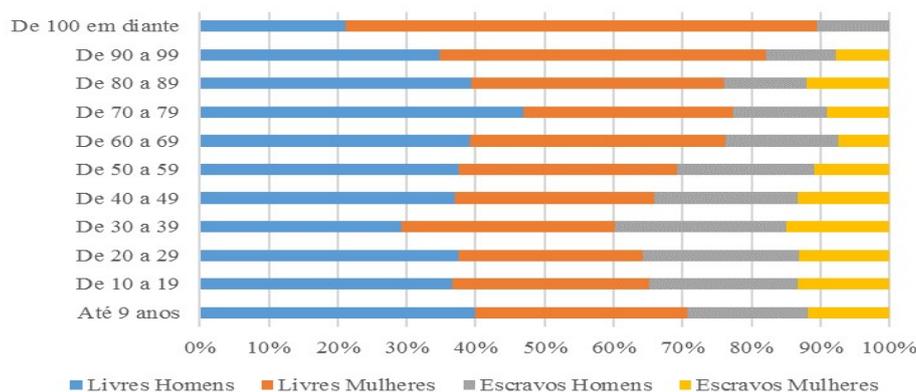
**Tabela 5 – Óbitos 1838 por condição e sexo – Paróquias com dados completos**

Faixa Etária	Livres		Escravos		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Até 9 anos	1.130	871	496	333	2830
De 10 a 19	213	165	126	77	581
De 20 a 29	233	166	141	81	621
De 30 a 39	195	207	165	100	667
De 40 a 49	258	201	145	93	697
De 50 a 59	200	170	106	58	534
De 60 a 69	199	189	83	38	509
De 70 a 79	188	122	55	36	401
De 80 a 89	92	86	28	28	234
De 90 a 99	31	42	9	7	89
De 100 em diante	4	13	2	0	19
<b>Total</b>	<b>2.743</b>	<b>2.232</b>	<b>1.356</b>	<b>851</b>	<b>7.182</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Em 1838, as 57 paróquias com dados completos analisadas apresentam um total de 7.182 óbitos, destes 69% são de livres e 31% de escravos, para ambas condições há mais óbitos registrados de homens do que mulheres. Abaixo, segue gráfico mostrando a participação de cada segmento por faixa etária.

**Gráfico 1 – Óbitos 1838: participação por sexo e condição por faixa etária**



**Fonte:** Tabela 5

Importante ressaltar que este gráfico foi feito com os valores absolutos sem levar em conta o tamanho e a estrutura da população que lhe deu origem. Para avaliarmos a intensidade da mortalidade é preciso conhecer as características da população de risco. Considerando-se apenas os óbitos por faixa etária, verifica-se que os livres têm maior participação em todas as idades uma vez que representam quase 70% da população. Nas idades mais avançadas, acima de 80 anos, as mulheres livres detêm maior participação que os homens livres. Esse resultado, a priori, não diz muito por não termos dados populacionais, abaixo segue a distribuição dos óbitos por qualidade, não distinguindo condição.

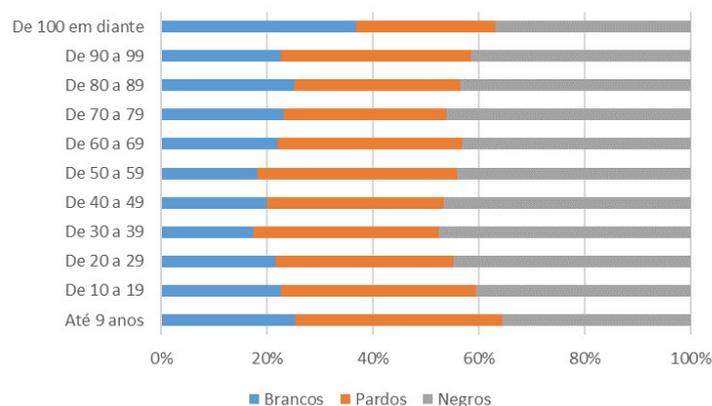
**Tabela 6 - Óbitos 1838 por qualidade e sexo – Paróquias com dados completos**

Faixa etária	Branco		Pardos		Negros		Total Geral
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Até 9 anos	396	323	640	463	590	418	2830
De 10 a 19	70	61	116	98	153	83	581
De 20 a 29	81	53	119	89	174	105	621
De 30 a 39	54	62	118	115	188	130	667
De 40 a 49	79	60	128	105	196	129	697
De 50 a 59	62	35	103	98	141	95	534
De 60 a 69	54	58	91	86	137	83	509
De 70 a 79	53	40	80	43	110	75	401
De 80 a 89	33	26	35	38	52	50	234
De 90 a 99	5	15	15	17	20	17	89
De 100 ou +	1	6	2	3	3	4	19
<b>Total Geral</b>	<b>888</b>	<b>739</b>	<b>1447</b>	<b>1155</b>	<b>1764</b>	<b>1189</b>	<b>7182</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Os valores absolutos por qualidade apresentam informações interessantes, ao não se analisar pela perspectiva de condição, os brancos, que são estritamente parte da parcela livre, apresentam o menor percentual dentro dos óbitos analisados (23%), enquanto a maioria dos óbitos são de pardos e negros (77%).

**Gráfico 2 – Óbitos 1838: participação por qualidade (cor) por faixa etária**



**Fonte:** Tabela 6

Outro tipo de análise feita foi a distribuição dos óbitos segundo causa morte, nos mapas de óbitos eram apresentados quatro tipos de causas mortes sendo elas: por moléstia ou sucesso, nos hospitais e prisões, por assassinato e por execução. Ainda estamos pesquisando em outras fontes e literatura o que seria a definição de moléstia e de sucesso para aquela época, uma vez que é a causa morte com maior número de registros. Abaixo segue a distribuição dos óbitos por causa morte.

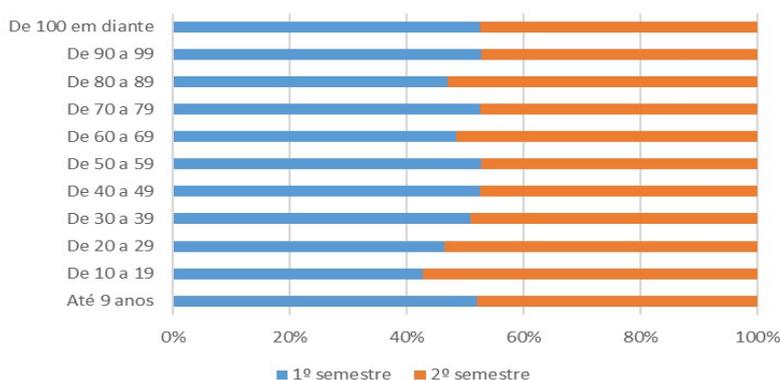
**Tabela 7 - Óbitos 1838 por causa morte – Paróquias com dados completos**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Moléstia ou Sucesso</b>	<b>Hospitais ou prisões</b>	<b>Assassinato</b>	<b>Execução</b>	<b>Total</b>
Até 9 anos	2812	11	7	0	2830
De 10 a 19	566	8	5	2	581
De 20 a 29	592	15	11	3	621
De 30 a 39	640	11	14	2	667
De 40 a 49	681	6	8	2	697
De 50 a 59	516	8	8	2	534
De 60 a 69	492	10	5	2	509
De 70 a 79	388	8	1	4	401
De 80 a 89	229	5	0	0	234
De 90 a 99	86	1	0	2	89
De 100 ou +	19	0	0	0	19
<b>Total</b>	<b>7002</b>	<b>83</b>	<b>59</b>	<b>19</b>	<b>7163</b>

Fonte: Elaboração própria

Essas verificações iniciais são importantes, pois ajudam a levantar questões sobre a qualidade da informação, apontam as limitações do banco de dados e ressaltam a relevância de se buscar formas de contornar estas limitações. Com esse objetivo, é interessante verificarmos se há alguma relação entre os óbitos do primeiro e segundo semestre, se há uniformidade na distribuição dos óbitos.

**Gráfico 3 – Distribuição dos óbitos por semestre - 1838**



Fonte: Elaboração própria

O que se observa é uma distribuição bastante uniforme entre os semestres, no Gráfico 3 o peso relativo dos semestres nos óbitos por faixa etária está bem distribuído,

o que seria um bom indicador de como tratar os dados daquelas paróquias que possuímos apenas um semestre.

Com essas primeiras informações, recolhemos os dados das listas nominativas da década de 1830 para os 169 distritos atendidos pelas paróquias com dados para os dois semestres, os dados dos distritos são de contagens de 1831 e 1833, e somados apresentam uma população inicial estimada de 290.341, sendo 188.713 livres e 101.629 escravos. Com base nas taxas de crescimento estimadas para a população escrava e livre apresentada na seção 3 do presente artigo fizemos uma estimativa da população dos distritos para 1838, o valor encontrado foi de uma população de 323.439, sendo 218.604 livres e 104.835 escravos.

Com base nesses valores estimados, tentamos estimar as taxas bruta de mortalidade por condição, e os valores encontrados estão longe de ser aceitáveis: 0,023 para livres e 0,021 para escravos. Esse resultado inicial causa estranhamento, dada toda a literatura já produzida acerca das condições vividas pelos escravos na época. Estes valores tanto podem ser resultantes da sub-enumeração dos óbitos como da sobre enumeração da população. É preciso, por exemplo, pesquisar quais os distritos os párocos realmente incluíram nos mapas paroquiais que elaboraram.

Para fins comparativos tomamos uma análise que já estava sendo elaborada pelo NPHED com base somente nas listas nominativas baseada em 48 distritos comparáveis que possuem listas em dois pontos do tempo. Esses distritos possuem listas com dados entre os anos de 1831-38, 1831-39, 1831-40, 1832-38, 1832-39, 1832-40. Nesse caso foi necessário reagrupar os dados de homens e mulheres por condição para as faixas decenais de idade. Com os seis grupos de dados conseguimos estimar a taxa de crescimento anual dos distritos por cada grupo de data de informação disponível, com a taxa de crescimento desses grupos de distritos, foi realizada a estimativa da população dos mesmo em 1832 e 1842. Com o intervalo de 10 anos foi estimada uma razão intercensitária de sobrevivência de escravos e livres por sexo e a média anual de óbitos, toda a metodologia utilizada nesse estudo baseia-se no Manual IV das Nações Unidas<sup>39</sup>. A população total estimada para os 48 distritos é de 69.264 livres e 32.743 escravos, os óbitos estimados foram de 1.863 para livres e 1.195 para escravos, assim, as taxas brutas de mortalidade verificadas foram de 0,026 para livres e 0,036 para escravos, ainda muito abaixo dos valores esperados para populações deste período histórico.

---

<sup>39</sup> <http://www.un.org/esa/population/techcoop/DemEst/manual4/manual4.html>

Esse exercício inicial mostra que os mapas de óbitos possuem dados interessantes, mas existem desafios.

## 5. DISCUSSÃO

Este artigo objetiva apresentar uma análise exploratória que o NPHEd está fazendo com os mapas de óbitos coletados nos últimos anos e trazendo as outras fontes coletadas e tratadas para esse diálogo. Preliminarmente, tentamos inferir, através dos dados do ano de 1838, a qualidade da cobertura dos mapas de óbitos e quais informações eles podem trazer. A cobertura não é a mesma de contagens populacionais contemporâneas, mas para o período histórico em questão, há chances de se inferir dados interessantes acerca da população. Sem tratamento, os dados dos mapas de óbito mostram informações interessantes como uma uniformidade na distribuição de mortes entre os semestres, uma diferença relevante entre o número de óbitos de brancos, pardos e negros e uma cobertura abrangente, apesar de uma certa concentração.

Os desafios que essa fonte apresenta são vários, não temos dados de todas as paróquias e o resultado ao analisar os óbitos de livres e escravos mostra a dimensão desse desafio. Uma primeira hipótese, ao comparar os dados coletados nos mapas com a estimativa feita baseada somente nas listas nominativas apresentada ao final da seção 4, é a possibilidade de haver sub-registro nos mapas. Uma possível solução para isso, seria selecionar uma amostra de paróquias e consultar os registros paroquiais de óbitos originais e comparar com o mapa, que é uma fonte agregada, a fim de verificar se as informações estão consistentes. Uma segunda hipótese para as inconsistências apontadas nos óbitos por condição é que a análise inicial feita superestimando a população, subestimando assim a força da mortalidade. Essa hipótese se sustenta pois para a análise inicial, incluímos todos os distritos atendidos pelas paróquias em análise, mas os mapas podem se referir a um único distrito ou uma parcela dos distritos atendidos. Como solução iremos buscar mais fontes para verificar melhor a relação paróquia distrito, e realizar testes estimando os óbitos como se a paróquia atendesse somente o distrito sede da matriz. Lançar mão de métodos indiretos de estimativa será fundamental para análises mais profundas e as escolhas metodológicas a serem feitas serão fundamentais para os próximos passos a serem dados.

As potencialidades que os mapas permitem são várias, entre eles estabelecer taxas de mortalidade específicas por idade e diferenciá-las por condição, sexo, qualidade/cor e construir tabelas de vida também para diferentes grupos. Com a possibilidade de trabalharmos diferentes grupos, será possível lançar a estes dados a hipótese de regimes demográficas dentro de grupos populacionais em Minas Gerais, fazendo referência aos trabalhos de Maria Luiza Marcílio<sup>40</sup> e Sérgio Nadalin<sup>41</sup>.

## REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. **Apresença dos arquivos nos relatórios dos Presidentes de Província no Brasil (1835 – 1889)**. São Paulo, 2010.

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1864 organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira, 2º. Anno, Ouro Preto, Typogarithia do Minas Geraes, 1864.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=393428&PagFis=1>>. Acesso em: 19 set. 2014.

APM – **Fundo PP 1-10**: Caixas 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 16, 18, 22, 26, 29, 31, 33, 40, 43, 45, 50

APM – **Fundo MP**: Caixas 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12

BARBOSA, W. de A. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1995.

BERGAD, L. W. **Escravidão e história econômica – demografia de Minas Gerais 1720-1888**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

BOSCHI, C. C. **Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho na Minas Colonial**. Belo Horizonte: Análise & Conjuntura, v. 4 n° 2 e 3, mai/dez. 1989

BOSCHI, C. C.; BOTELHO, T. R. **Digitalização e disponibilização de acervos paroquiais da rota da Estrada Real**; Relatório Final. 2007. (Relatório de pesquisa).

BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

---

<sup>40</sup> MARCÍLIO, M. L. Sistemas Demográficos no Brasil do século XIX. IN: MARCÍLIO, M. L. (Org.) *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Negropólis: Vozes, 1984.

<sup>41</sup> NADALIN, S. O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **“SEM DADOS NÃO HÁ DEMOGRAFIA”**: uma proposta para criação de um banco de dados demográficos e sua implicação em uma paróquia mineira: 1760-1804. Belo Horizonte, 2011.

CANO, W. & LUNA, F. V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese. In: **Economia Escravista em Minas Gerais**, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, (10): 1-14, outubro de 1983.

CARVALHO, Theophilo Feu de. **Comarcas e termos: criações, supreções, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

GODOY, M. M. **Intrépidos viajantes e a viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. Pg 26.

GODOY, M. M.; PAIVA, C. A. **Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. 2010, vol.27.

GONÇALVES, N. C. **Os registros paroquiais de óbitos e as possibilidades de pesquisa: Mangaratiba (século XIX)**. In: I Seminário Fluminense de Pós-Graduandos de História, 2012, Rio de Janeiro.

IBGE; NAÇÕES UNIDAS. **Métodos de estimação de medidas demográficas básicas a partir de informações incompletas: manual IV**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 198p.

KLEIN, Herbert S. e PAIVA, Clotilde A. **Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831**. Estudos Econômicos, São Paulo, V.22, n.1, P.129-151, Jan/Abr 1992.

LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

LIBBY, D.C. et al. **Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX, XX**. Revista Brasileira de Estatística populacional. Rio de Janeiro, 2012. V29, n. 1.

LUNA, F.V. **Minas Gerais: Escravos e Senhores. Análise da Estrutura Populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. Tese de Doutorado, FEA-USP, 1980.

MARCÍLIO, M. L. Sistemas Demográficos no Brasil do século XIX. IN: MARCÍLIO, M. L. (Org.) **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais**. Negropólis: Vozes, 1984.

MARCÍLIO, M. L.. **Os registros paroquiais e a História do Brasil**. Varia-Historia, Belo Horizonte, v. 31, p. 13-20, 2004.

MARTINS, R. B. **A economia escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982

NADALIN, S. O. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

PAIVA, C. ; LIBBY, D. ; GRIMALDI, M. **Crescimento da população escrava: uma questão em aberto**. IV Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 1988.

PAIVA, C. A. e RODARTE, M. M. S. Dinâmica demográfica e econômica (1830) 1870. IN: RESENDE, M. E. L. E VILLALTA, L. C. (Org.) **A Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Companhia do Tempo, 2013.

**Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais de 1846**. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/450/> p. 3. Acesso em: 15/04/2016

RODARTE, Mario M. S. *et al.* **O banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda metade do século XIX**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 33 p. (Texto para discussão, 206).

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado Minas Gerais, 1830**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1. 279p.

ROWLAND, R. **População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX**. Oeiras: Celta Editora., 1997.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras: Volume I – Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 614p.

SILVA, H. C. C.; MARTINS, M. C. S. **Contribuição à pesquisa em demografia histórica de Minas Gerais**. ABEP, 1988.

SLENES, R. W. **Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX**. Estudos Econômicos, São Paulo, v.18, nº 3, P. 449-495, Set./Dez 1988.

SOUSA e SILVA, Joaquim Norberto de. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870).